



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	15983.000305/2006-76
Recurso nº	508.330 Voluntário
Acórdão nº	1302-00.392 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de	10 de novembro de 2010
Matéria	CSLL
Recorrente	TERMAQ TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO CIVIL E ESCAVAÇÕES LTDA.
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Ano-calendário: 2001, 2002, 2003, 2004

Inconstitucionalidade de Lei.

Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Multa de ofício.

Nos casos de lançamento de ofício, em que restou configurado ato infringente às normas tributárias, é exigível a multa ao percentual de 75%, por imposição legal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso

MARCOS RODRIGUES DE MELLO - Presidente. E Relator

EDITADO EM: 23/11/2010

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: WILSON FERNANDES GUIMARÃES, LAVINIA MORAES DE ALMEIDA NOGUEIRA

JUNQUEIRA , DANIEL SALGUEIRO DA SILVA, EDIJALMO ANTONIO DA CRUZ, E MARCOS RODRIGUES DE MELLO

Relatório

Trata o presente feito de auto de infração de CSLL, relativo aos anos-calendário de 2001, 2002, 2003 e 2004 (fls. 04/06).

De acordo com o Termo de Constatação Fiscal (fl. 13), a autuação teve por base a diferença apurada do confronto entre os valores informados na DIPJ e os declarados na DCTF, deduzida dos pagamentos efetuados (DARF) relativamente a esses períodos.

As disposições legais que embasaram o lançamento encontram-se descritas no referido auto de infração.

Em 13/09/2006, a interessada tomou ciência dos autos de infração (fl. 172) e, em 29/09/2006, apresentou defesa (fls. 177/184), resumidamente, nos seguintes termos:

- A exigência do suposto crédito tributário é inócuia vez que nem o próprio fisco definiu o motivo de sua cobrança.

- As multas de ofício cobradas em percentual de 75% sobre os valores devidamente compensados são abusivas porque violam os princípios da capacidade contributiva e do não confisco.

- Não somente a Suprema Corte se posiciona contra as multas indiscriminadamente aplicadas pela Receita Federal, mas o próprio Conselho de Contribuintes vem decidindo que a multa em situações como a que ora se depara não é cabível.

- Toda atuação da Administração Pública há de ser exercida mediante processo justo e impedindo, por conseguinte, decisões arbitrárias em vista do princípio da igualdade tributária.

- Os percentuais exigidos não apresentam características de razoabilidade, proporcionalidade ou legalidade.

- A imposição do fisco em fazer com que os contribuintes entreguem a DCTF não merece acolhida, porquanto as instruções normativas que prevêem tal obrigatoriedade não encontram fundamento de validade em normas compatíveis com os princípios da legalidade, da separação de poderes e da indelegabilidade da competência tributária.

- As penalidades pecuniárias advindas da não apresentação da mencionada obrigação acessória não encontram guarida no ordenamento jurídico-tributário, posto que qualquer sanção pecuniária concernente à não entrega da DCTF, atraso em sua entrega ou erro no preenchimento deve ser prevista em lei, a teor do artigo 113, § 3º, c/c artigo 97, inciso V, do Código Tributário Nacional.

A DRJ decidiu:

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ano-calendário: 2001, 2002, 2003, 2004

MOTIVAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEFINIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

Insustentável a alegação de falta de definição quanto ao motivo da autuação quando o auto de infração e o termo de verificação fiscal descrevem os atos praticados pela autuada que afrontam a legislação tributária e os dispositivos legais que tipificam a irregularidade que motivou a acusação fiscal.

MULTA DE OFÍCIO.

Nos casos de lançamento de ofício, em que restou configurado ato infringente às normas tributárias, é exigível a multa ao percentual de 75%, por imposição legal.

ARGUIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE.

A apreciação de constitucionalidade ou legalidade de norma é atribuição do Poder Judiciário, não cabendo, em sede de julgamento administrativo, proceder a tal exame a fim de afastar a aplicação de lei corretamente inserida no ordenamento.

A recorrente tomou ciência do acórdão DRJ em 09/06/2009 e apresentou recurso em 08/07/2009.

Em seu recurso alega:

- que compensou os tributos lançados;
- que não pode admitir ficar a mercê de multas exorbitantes por diferenças de informações prestadas ao fisco, ainda mais quando se baseiam em divergências em DCTF como comparativo, uma vez que o Contribuinte não é obrigado a entregar DCTF, pois esta não foi legalmente constituída;
- que a obrigação de entregar DCTF violaria os princípios da Legalidade, da Separação dos Poderes e da Indelegabilidade da competência tributária;

Voto

Conselheiro MARCOS RODRIGUES DE MELLO

O recurso é tempestivo e deve ser conhecido.

O recurso é tempestivo e deve ser conhecido.

Não merecem acolhida os argumentos de defesa da recorrente.

Importante reproduzir trecho do acórdão recorrido:

Aduz a impugnante que os valores foram devidamente compensados. Contudo, a interessada não carreou aos autos elementos probatórios para dar sustentação à aludida

compensação, a teor do que dispõe o artigo 16, III, do Decreto 70.235/1972.

Cumpre assinalar ainda que fica prejudicada a análise da alegação de que as penalidades pecuniárias advindas da não apresentação da mencionada obrigação acessória não encontram guarida no ordenamento jurídico-tributário, posto que a autuação não abrange penalidade dessa natureza, mas cinge-se à constatação de diferença apurada do confronto entre os valores informados na DIPJ e os declarados na DCTF, deduzida dos pagamentos efetuados relativamente a esses períodos, ou seja, descumprimento de obrigação principal, nos termos do artigo 113, § 1º, do Código Tributário Nacional.

O fundamento legal para o lançamento da multa de ofício encontra-se no art. 44, inciso I, da Lei nº 9.430/1996:

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:

I - de setenta e cinco por cento, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte;

Note-se que o artigo 14 da Lei nº 11.488, de 15.06.2007, conversão da Medida Provisória nº 351, de 22.01.2007, deu nova redação a esse dispositivo, mantendo, porém, a multa ao mesmo patamar de 75%.

Assim, a multa aplicada sobre o valor do tributo, exigido em lançamento de ofício, está em consonância com a legislação de regência.

Embora cite a recorrente que os valores lançados teriam sido compensados, não traz qualquer início de prova de que isso tenha ocorrido.

Também importa ressaltar que o lançamento não diz respeito a descumprimento de obrigações acessórias e sim a falta de pagamento/confissão de tributos. Como o contribuinte não pagou os valores apurados em sua DIPJ e também não os confessou em DCTF para que pudessem ser exigidos, correto o procedimento do fisco em fazer o lançamento do tributo acompanhado de multa de ofício.

Quanto aos argumentos sobre inconstitucionalidade de lei, trago a súmula nº 2 do 1º Conselho de Contribuintes, de aplicação obrigatória por este colegiado:

O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária

Dispõe no mesmo sentido o Regimento Interno do CARF:

Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Diante do acima exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

MARCOS RODRIGUES DE MELLO - Relator